

A RACIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS

Marcelo Gruman¹

RESUMO: A partir da contestação do resultado do Edital de Ocupação do Teatro Glauce Rocha, da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, por um dos proponentes, o artigo resgata brevemente a discussão acerca da utilização científica do conceito “raça” e a forma como ele vem sendo apropriado pelo Estado brasileiro e os grupos sociais interessados (*stakeholders*) na elaboração de políticas públicas de cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Funarte; raça; políticas culturais; editais.

A Fundação Nacional de Artes – Funarte, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura responsável pelo fomento e incentivo às atividades nas artes cênicas, artes visuais e música, lançou, em 2012, o Edital de Ocupação do Teatro Glauce Rocha. Seu objetivo foi selecionar projeto que promovesse espetáculos de teatro adulto e teatro para a infância e a juventude dentre outras atividades relacionadas ao teatro, como seminários, palestras, debates, cursos e oficinas no período de abril a julho de 2012. Foi destinado ao projeto selecionado o valor bruto de R\$ 500 mil.

A avaliação dos projetos inscritos foi realizada por Comissão de Seleção nomeada por Portaria do Presidente da Funarte. Em nota técnica divulgada no site da autarquia, concomitante à divulgação do resultado, a Comissão de Seleção informou os critérios utilizados na avaliação: relevância do projeto artístico, oferta de atividades de formação, contrapartidas para a comunidade e representatividade da produção artística nacional. À luz desses critérios, foi selecionado o projeto intitulado “Linguagens Brasileiras – Cultura Negra em Cena”.

Inconformado com o resultado do Edital, o representante de um dos muitos grupos preteridos (doravante identificado por X.) leu um manifesto durante reunião de diretores da Funarte com a presença do atual presidente da autarquia, o ator Antonio Grassi². No manifesto, questiona-se a demora na divulgação da programação do grupo vencedor e a falta de resposta ao recurso interposto junto à Coordenação de Teatro, responsável pela gestão do

¹ Antropólogo, Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Cultura. E-mail: marcelogruman@gmail.com

² O vídeo do manifesto está disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=jJjVqkbGitk&feature=relmfu>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

Edital, concluindo-se daí uma “má-fé” dos julgadores e da própria instituição, que “não os querem”. A argumentação do representante ao longo da leitura do manifesto indica, entretanto, possíveis motivos para a suposta “má-fé”.

Em primeiro lugar, uma preferência por proponentes “brancos”, em detrimentos de “negros”. A premiação do projeto “Linguagens Brasileiras – Cultura Negra em Cena” confirmaria que “o dinheiro continua na mão de produtores brancos (...) porque as duas donas da (produtora) são brancas e descobriram como ganhar dinheiro com projetos de negão” (sic).

Em segundo lugar, e intimamente relacionada ao primeiro argumento, está a ausência de profissionais negros nas comissões de seleção, contrariando sugestão da Secretaria Especial para a Proteção e Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, da Presidência da República. A diversificação (racial) das comissões seria um caminho natural, dado que a cultura brasileira é, também, diversa. Se houvessem profissionais negros nas comissões, argumenta-se, injustiças como as cometidas pela Comissão de Seleção do Edital de Ocupação do Teatro Glauce Rocha não aconteceriam ou, se acontecessem, seriam denunciadas.

O ano passado nós perdemos esse edital, eu acho que, por conta de fazermos projetos bonitinhos, cheios de fotografias, alguém olhou e disse assim, ‘ah, não, mas aqui tem muita dança e o teatro Glauce rocha é um teatro voltado para o teatro (...). Se tivéssemos alguém negro no ano passado, diria ‘não, negros fazem teatro com o corpo todo’. Se tivéssemos negros nessa comissão (2012), diria ‘não, essas meninas tem seis anos, essa companhia, com esse diretor, tem vinte e três’. Sabe o que diria? ‘X., você ganhou mas não levou. Você não batalha pela cultura negra nos espaços? Taí, ganhou mas não levou. Tem cultura negra, não reclame’.

Em terceiro lugar, finalmente, a vasta experiência do proponente preterido na promoção das “artes negras”, há mais de duas décadas “na luta por valorização das artes negras e por inclusão dos artistas e técnicos negros no mercado de trabalho”, em contraposição às produtoras brancas que “descobriram que o negro dá dinheiro ontem, cinco, seis anos atrás”.

A breve reflexão que se segue parte da argumentação utilizada pelo representante X., resgatando brevemente a discussão acerca da utilização científica do conceito “raça” e a forma como ele vem sendo apropriado pelo Estado brasileiro e os grupos sociais interessados (*stakeholders*) na elaboração de políticas públicas de cultura. Pretende-se contribuir, minimamente, com esta discussão, da qual o Estado brasileiro não pode se omitir.

Raça: conceito anacrônico

Em 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO emitiu uma declaração que intentava, de uma vez por todas, acabar com a arrogância etnocêntrica. Nela, afirma-se que, do ponto de vista biológico, a espécie *Homo Sapiens* é composta de certo número de grupos, que diferem entre si pela frequência de um ou de vários genes particulares. Mas estes mesmos genes, aos quais deveriam imputar-se as diferenças hereditárias existentes entre os homens, seriam sempre em número reduzido se fosse considerado o conjunto da constituição genética do homem e grande a quantidade de genes comuns a todos os seres humanos, quaisquer que sejam os grupos aos quais pertençam.

Em resumo, a semelhança entre os homens seriam muito maiores que suas diferenças. Daí Lévi-Strauss ter afirmado, no conhecido *Raça e História*, que há muito mais culturas que raças humanas, estas se contando a unidades e aquelas, aos milhares. Segue-se, portanto, que os grupos nacionais, religiosos, geográficos, lingüísticos ou culturais não têm que coincidir, necessariamente, com os grupos raciais, e os aspectos culturais destes grupos não têm nenhuma relação genética demonstrável com os caracteres próprios da raça. No ano seguinte, uma nova declaração, também patrocinada pela UNESCO, foi redigida por um grupo de antropólogos e especialistas em genética. Diz ela, seguindo a anterior, que é publicamente reconhecida a pertença de todos os seres humanos à espécie *Homo Sapiens*. A novidade ficou por conta da afirmação de que não existem raças “puras”:

Os esqueletos fósseis nos proporcionam o essencial do pouco que sabemos das raças desaparecidas. No que respeita à mistura de raças, há motivos para pensar que o processo de hibridização humana efetuou-se desde um tempo indeterminado, mas considerável. A bem da verdade, um dos mecanismos de formação, extinção e fusão da raça é precisamente sua hibridização. Jamais foi estabelecido, por meio de provas válidas, que esta hibridização tenha acarretado efeitos desfavoráveis; não existe, pois, nenhuma razão biológica para proibir o casamento entre indivíduos de raças diferentes. (CASTAÑEDA, 1961)

A dissociação entre cultura e biologia, pedra de toque da antropologia moderna, nos leva à conclusão de que a crença em raças, ou seja, a crença de que atributos morais e intelectuais decorrem de atributos biológicos representados simbolicamente por características físicas (cor da pele, textura do cabelo, cor dos olhos, formato do crânio etc.), é o maior mal de nosso tempo. Sendo esta crença um fato social e cultural, poderia sucumbir perante a razão, “da mesma forma que a bruxaria em tempos pretéritos” (FRY, 2005). Os métodos estatísticos da antropologia física que informavam, ao longo do século XIX e mesmo do século XX, o estudo do corpo humano a partir dos aspectos morfológicos mais aparentes, sucumbiu com o

desenvolvimento da genética e da biologia molecular, quando se passou a comparar organismos a partir do conhecimento de estruturas muito mais íntimas e fundamentais.

Ficamos sabendo, por exemplo, que as variantes genéticas entre duas pessoas escolhidas aleatoriamente em um mesmo grupo não divergem estatisticamente das diferenças existentes entre duas pessoas de grupos distintos. Resumindo: do ponto de vista genético e bioquímico, não se descobriu nenhum critério válido para juntar ou separar pessoas, estabelecendo-se o consenso de que as diferenças observáveis na linguagem, costumes e atributos morais não são biologicamente determinadas. Geneticistas vêm concordando com a idéia de que “a única divisão biologicamente coerente da espécie humana é em bilhões de indivíduos, e não em um punhado de 'raças'” (PENA,2007). A melanina, por exemplo, considerada um dos elementos de referência na determinação “racial” dos indivíduos (ainda hoje usada no discurso de dermatologistas) perde este significado, a menos que reconheçamos a arbitrariedade da escolha deste critério e não de outro. Afinal de contas, ela é apenas uma dentre oitenta ou cem mil diferentes proteínas que compõem o corpo humano. É como classificar livros em uma biblioteca:

Em certo sentido, tentar classificar pessoas num pequeno número de raças é como tentar classificar livros numa biblioteca; pode-se usar uma única propriedade – o tamanho, digamos -, mas o que se obterá é uma classificação inútil; ou pode-se usar um sistema mais complexo de critérios interligados, e então se obterá uma boa dose de arbitrariedade. Ninguém, nem mesmo o mais compulsivo dos bibliotecários, supõe que as classificações dos livros reflitam fatos profundos sobre estes. (APPIAH, 1992:66)

Políticas culturais, políticas de reparação

Algumas reflexões advêm do manifesto lido por X. A primeira delas diz respeito à própria idéia de raça e o processo de racialização da sociedade brasileira. O racismo e os racialistas acreditam que existem características hereditárias, possuídas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça. Esses traços e tendências característicos de uma raça constituem, segundo a visão racista, uma espécie de “essência racial”, e faz parte desta ideologia que as características hereditárias essenciais respondam por mais do que características morfológicas visíveis (cor da pele, tipo de cabelo).

O segundo ponto que merece atenção é a pretensa correlação inevitável entre o continente africano, a origem africana dos indivíduos brasileiros de cor negra e sua cultura,

porque naturaliza diferenças sociais e culturais cristalizando-as pelo conceito anacrônico de “raça”. A África, nesta perspectiva, constitui-se numa matriz cultural e biológica unitária (MAGNOLI, 2007), sem história e homogênea. Estamos diante daquilo que o filósofo beninense Paulin Hountondji chamou de “unanimismo”, crença numa espécie de corpo central da filosofia popular compartilhado pelos africanos negros de uma maneira geral. No entanto, a descrição feita por um negro africano das diferenças culturais encontrados numa curta viagem de Gana a Botsuana desmontam qualquer tentativa de encapsular a diversidade simbólica em taxonomias reducionistas, inevitavelmente empobrecedoras, colocando em xeque o “essencialismo do afrocentrismo” (AZOULAY, 1997):

Dirigindo pelo interior semi-árido de Botsuana até sua capital, Gaborone, a apenas um dia de distância, por avião, da vegetação tropical de Achanti, todos os homens vestiam camisas e calças, a maioria das mulheres trajava saias e blusas, e quase todas essas roupas eram sem padronagens, de modo que faltava às ruas o colorido dos delicados “tecidos” achantis; e os estilos dos entalhes, da tecelagem, da cerâmica e da dança eram-me totalmente desconhecidos. Nesse cenário fiquei a me perguntar o que, em Botsuana, supostamente decorreria de eu ser africano. Em conversas com médicos, juízes, advogados e acadêmicos ganeses em Botsuana – bem como no Zimbábue e na Nigéria – muitas vezes ouvi ecos da linguagem dos colonizadores em nossos debates sobre a cultura dos “nativos” (APPIAH, 1992:48)

O “essencialismo do afrocentrismo” está relacionado a uma “solidariedade racial”. É por isso que a presença de um profissional identificado como negro na comissão de seleção de editais, advogada por X. e pela SEPPIR, contrabalançaria possíveis injustiças na avaliação de projetos “autenticamente negros”. O membro negro defenderia seus pares, aparentemente independente da qualidade do projeto apresentado. Quando X. defende a diversidade na composição da comissão de seleção por ser diversa a cultura brasileira, equaliza raça e cultura, na medida em que indivíduos de cores diferentes expressam manifestações culturais também diferentes.

A política da reparação toma como um de seus pressupostos a idéia de que, para reconhecer dois acontecimentos de épocas diferentes como sendo parte da história de um único indivíduo, temos que dispor de um critério de identidade do indivíduo em cada uma dessas épocas, independentemente de sua participação nos dois acontecimentos; da mesma forma, ao reconhecer dois acontecimentos como pertencentes à história de uma raça, também temos que dispor de um critério de pertença da raça nessas duas épocas, independentemente da participação dos membros nos dois acontecimentos.

Nesta linha de raciocínio, um “branco” pobre da periferia do Rio de Janeiro é transformado em algoz do “negro” pobre da periferia deste mesmo Rio de Janeiro, ainda que os dois sejam compadres, tomem sua cerveja no bar da esquina e compartilhem dos sofrimentos típicos dos oprimidos. Esta lógica está presente no raciocínio segundo o qual o dinheiro “continua na mão de produtores brancos” que descobriram como ter lucro com “projetos de negão” (sic). A figura do “branco” é, inexoravelmente, maquiavélica. Será razoável, entretanto, imaginarmos que produtores de pele escura estariam, também, atrás de lucro?

O discurso da diferença proposto pelos racialistas diz que as minorias constituem grupos autenticamente diferentes do ponto de vista de seus próprios membros, são o que são porque cada grupo tem sua própria cultura. A identidade parece ser uma questão de opção, embora a crença subjacente seja de que assim como a coletividade tem uma identidade autêntica que vai aflorar com o tempo, o indivíduo tem uma identidade necessária com uma determinada coletividade cultural, *mesmo que ela ainda não tenha sido descoberta*. Não se pode fugir da própria identidade, ela é fixada por algo mais essencial: a própria natureza. Seja para o bem (oprimidos), seja para o mal (opressores). A rigidez da classificação racial incluindo todos aqueles de ascendência africana, quer dizer, “negros”, sugere a adoção de uma estratégia política relativa à alocação de recursos e implementação de leis que fortaleçam a cidadania. O problema com estas categorias oficiais é que, apesar de suas vantagens políticas, a contínua utilização de categorias raciais negligencia a complexidade da genealogia individual mesmo em áreas tão importantes quanto o monitoramento da suscetibilidade de grupos específicos a determinadas doenças.

O discurso racialista funciona como uma metáfora biologizante travestida de cultura. A escolha é pela nostalgia da impermeabilidade, pela “constância das pedras” (Sartre, 1960), maciças e impenetráveis, pela incapacidade de perceber que os indivíduos não dependem de sua constituição genética para estabelecer laços de solidariedade e que, numa sociedade complexa e multifacetada como é a brasileira, as fronteiras entre os domínios simbólicos, entre as identidades, sofrem rearranjos de acordo com a situação que se apresenta. Sociedades complexas, indivíduos complexos. Negar a igualdade humana, manter a crença no mito racial, é contribuir para a irracionalidade, para a intolerância, para o conflito, contribuindo para a persistência do racismo e a possibilidade do preconceito e da discriminação.

Em sua coluna do dia 19 de dezembro de 2011 no jornal O Globo, o jornalista Ancelmo Gois publicou uma nota intitulada “A falta de negros”, na qual afirma que “as

escolas de samba continuam reclamando da falta de negros. É que, em 2012, Portela, Beija-Flor e Vila Isabel, que desfilam no domingo, levarão à Sapucaí temas ligados à cultura negra — e não há afrodescendentes suficientes para as alas”. Hipótese: um casal brasileiro “branco” migra para Uganda, lá tem um filho e, depois de certo tempo, decidem retornar ao Brasil. Pergunta: o filho, branco e africano, poderia desfilar na Portela, na Beija-Flor ou na Vila Isabel? A cultura está relacionada à cor da pele (anatomia/biologia)? Ao continente (geografia)? No caso ora analisado, a falta de negros acontece na produção do espetáculo. Serão atores brancos capazes de interpretar a “cultura negra”? Podem indivíduos brancos portar uma identidade cultural negra?

Finalmente, embora não menos importante, com relação ao argumento de que a avaliação de projetos deveria levar em consideração a experiência profissional do proponente, de modo que as “produtoras brancas” estariam em desvantagem porque “descobriram que o negro dá dinheiro ontem, cinco, seis anos atrás”, parece elementar que a qualidade de um projeto não depende, necessariamente, do tempo de atuação do proponente. Não há, mais, os “guardiões da verdade artística”, como nas sociedades tradicionais. A criatividade, a plasticidade, a beleza de um projeto devem ser analisados em si, no contexto, independente de quem o propõe, daí a importância de manter sob sigilo a autoria.

E o Estado brasileiro, o que tem a dizer?

O Estado brasileiro, como responsável primeiro pela elaboração das políticas públicas para a cultura, deve se proteger de ideologias que pregam o determinismo cultural revestido de “respeito às diferenças”, em nome de uma pretensa democracia cultural, quando na realidade advogam o determinismo cultural e, de quebra, o determinismo biológico e geográfico. O racismo foi substituído por um conceito de multiculturalismo de corte norte-americano que nada mais é que racismo sem raça. É, na melhor das hipóteses, racialismo. Negro tem samba no pé, branco toca violino e índio faz pajelança. Será? É possível existir escolas de samba sem negros? A “cultura negra” é “negra” porque seus “portadores” têm a pele escura? Porque teve origem na África?

Não podemos naturalizar as diferenças culturais, muitas vezes associadas a características físicas. Os gestores de cultura, sejam eles públicos ou privados, devem ter em mente que estas categorias são socialmente construídas e entram na agenda a partir da pressão de grupos mais ou menos organizados. O debate sobre as cotas “raciais” nas universidades

públicas é um bom exemplo da luta pelo poder simbólico, pelo poder de definição e de classificação de quem está “fora” e “dentro”.

O Estado brasileiro, por sua vez, não pode ficar refém de qualquer um destes grupos ideologicamente orientados, sob pena de manter o ideal da “cidadania cultural” uma mera abstração e instrumento de retórica. Ele tem de definir clara e objetivamente os critérios utilizados na avaliação dos projetos submetidos às comissões de seleção das dezenas de editais lançados todos os anos pelo Ministério da Cultura.

No que toca especificamente ao Edital de Ocupação do Teatro Glauce Rocha, é preocupante que à grave acusação de “má-fé” não tenha correspondido uma resposta incisiva da Funarte por meio de seu presidente no mesmo evento refutando-a, ou por meio de posterior nota oficial que não se limitasse a informar que a Comissão de Seleção é soberana e que a autarquia não interfere no processo de seleção. Isto porque a acusação vai além de uma eventual falha/incompetência administrativa na publicação da programação do grupo vencedor ou na demora em responder ao recurso interposto, uma vez que ambas seriam fruto de algo mais profundo. Toda a argumentação do discurso de X. (negros *versus* brancos, exploração de brancos contra negros) permite-nos aventar a presença o racismo, eufemisticamente transformado em “má-fé”.

Nenhum proponente - seja ele branco, negro, amarelo, azul ou vermelho - entra num certame se não acredita que suas idéias têm valor e que merecem reconhecimento, e acreditar que um determinado traço físico é o responsável pela não-escolha impede a auto-crítica. Racializar a discussão a respeito da avaliação de projetos é diminuir a capacidade intelectual e profissional dos membros da comissão de seleção, é adotar uma postura arrogante com relação à qualidade de seu próprio projeto em detrimento dos demais concorrentes.

Vale a reflexão: até que ponto políticas de reparação reparam injustiças passadas? A partir de que ponto políticas de reparação transformam-se em assistencialistas? É possível uma política pública de cultura democrática baseada em critérios anacrônicos? O antigo “oprimido” pode ser o novo “opressor”? A negação do conceito de raça como referencial teórico na elaboração de políticas públicas é sinal de racismo do agente público? Qual o papel da meritocracia na elaboração de políticas públicas de cultura? Por que não estabelecer seriamente o anonimato como diretriz para avaliação dos projetos?

Que há racismo no Brasil é inegável e provar a sua existência, em muitas situações é, se não impossível, improvável. Entretanto, tomar a sua existência como ponto de partida na discussão a respeito da elaboração de políticas públicas de cultura democráticas dificilmente

ajudará na consolidação de uma democracia cultural no país³. Às vezes, um charuto é apenas um charuto.

Referências bibliográficas

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

AZOULAY, Katya Gibel. *Black, Jewish and interracial*. Durham: Durham University Press. 1997.

CASTAÑEDA, José (org.). *El racismo ante la ciencia moderna: testimonio científico de la UNESCO*. Barcelona: Ediciones Liber. 1961.

FRY, Peter. Pode-se criar uma cisão racial. In: FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone & SANTOS, Ricardo Ventura. *Divisões Perigosas: Políticas Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Record. 2007.

_____. *A persistência da raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC. 2002.

MAGNOLI, Demétrio. Afro-descendentes. In: FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone & SANTOS, Ricardo Ventura. *Op. Cit.*

PENA, Sergio. Receita para uma humanidade desracializada. In: FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone & SANTOS, Ricardo Ventura. *Op. Cit.*

SARTRE, Jean Paul. Reflexões sobre o racismo. São Paulo: DIFEL. 1960.

SCHWARTZMAN, Simon. Das estatísticas de cor ao Estatuto da Raça. In: FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone & SANTOS, Ricardo Ventura. *Op. Cit.*

³ Numa cena do seriado norte-americano *Seinfeld*, o personagem-título zomba de seu tio que vê anti-semitismo em tudo, até mesmo no cozinheiro que não sabe fazer uma sopa decente. A sopa não é decente porque o tio é judeu, ainda que o cozinheiro não tenha a mínima idéia de sua identidade étnica.